

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.266 - MG (2018/0328172-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ADERVAL BRITO DA CRUZ
ADVOGADOS : ALICE ALVES LIMA E OUTRO(S) - MG145240
JOAO VITOR FONSECA CORREA SILVA - MG153675
AGRAVADO : SERASA S.A
ADVOGADOS : CAMILA REGINA ROSA E OUTRO(S) - MG140737
ALEXANDRA SILVA MALTA - MG096491N

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ. fl. 209):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - OBRIGAÇÃO DA EMPRESA MANTENEDORA DO BANCO DE DADOS - COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DESSA OBRIGAÇÃO - ATO ILÍCITO INEXISTENTE. O dever da empresa mantenedora de cadastro restritivo de crédito limita-se a comunicar ao suposto devedor sobre "a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo" (art. 43, § 2º, do CDC), no endereço fornecido pelo credor, não importando se o endereço esteja errado ou desatualizado, visto que, nesse caso, quem deve responder pelo erro é o credor, pois, este sim, possui relação jurídica com o suposto devedor. Comprovado o envio da comunicação prévia acerca da negativação para o endereço do devedor, não se há de falar em ato ilícito, e, consequentemente, em dever de indenizar.

Opostos embargos de declaração, esses foram parcialmente acolhidos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 236):

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ERRO MATERIAL - EXISTÊNCIA - VÍCIO SANADO. Os embargos declaratórios têm como escopo aperfeiçoar as decisões judiciais eivadas de omissões, obscuridades ou contradições, ou, ainda, corrigir erro material, sendo defeso o seu manejo para o reexame do julgado, com modificação das conclusões que não decorram direta e inevitavelmente das questões novas trazidas com o fito de sanar o vício apontado. Constatada a existência de erro material no acórdão,

devem os embargos ser acolhidos para que seja sanado tal vício.

Nas razões de recurso especial, aponta o ora agravante violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Aponta omissões no acórdão recorrido, por deixar de se manifestar sobre os seguintes artigos de lei federal apontados como violados e para fins de prequestionamento da matéria: 6º, VI, 14, *caput*, 17 e 25, § 1º, da Lei n. 8.078/1990, 186 e 927 do Código Civil de 2002, 5º, V e X, da Constituição Federal, Súmula 359 do STJ e REsp nº 1.061.134/RS.

Sustenta que "o suposto endereço mencionado pelo Réu, diverge literalmente do endereço do Autor constante na inicial fl. 2 destes autos, o que sequer foi contestado pelo Réu" (e-STJ, fl. 244), que "questionou o fato de que o referido documento de fl. 101 é unilateral, e não possui qualquer indicação ou indício que, de fato, foi produzido com colaboração do sedizente credor" (e-STJ, fl. 245).

Aduz que, "se o réu enviou correspondência para endereço distinto da inicial o fez por sua conta e risco, tendo conhecimento do real endereço do autor, por certo que este foi notificado previamente para que não realizasse a inclusão em debate, fls. 12/14" (e-STJ, fl. 245).

Afirma ainda que, "mesmo diante do reconhecimento de que a suposta comunicação foi enviada após a data de inclusão, o acórdão recorrido não deu provimento ao recurso, nem mesmo para cancelar o registro negativo" (e-STJ, fl. 248).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 267).

O recurso especial não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 269-272 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 287).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No que se refere à apontada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de

Processo Civil de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

(...)

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016.)

Nos termos do disposto no artigo 932, IV, "b", do novo Código de Processo Civil, incumbe ao relator, de forma singular, *"negar provimento a recurso que for contrário a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos"*.

Da análise dos autos, observo que o Tribunal de origem decidiu em consonância ao entendimento já consolidado nesta Corte, sob a temática dos recursos

repetitivos, quando do julgamento do Recurso Especial n. 1.083.291/RS, o qual estabelece que, *“para adimplemento, pelos cadastros de inadimplência, da obrigação consubstanciada no art. 43, § 2º, do CDC, basta que comprovem a postagem, ao consumidor, da correspondência notificando-o quanto à inscrição de seu nome no respectivo cadastro, sendo desnecessário aviso de recebimento”* e que *“a postagem deverá ser dirigida ao endereço fornecido pelo credor”*.

É o que se depreende do seguinte trecho do acórdão dos embargos de declaração, ora impugnado (e-STJ, fls. 238-240):

No tocante ao erro material, tenho que assiste razão ao embargante, tendo em vista que, de fato, consoante documento de folhas 104, a ré procedeu à remessa de correspondência ao endereço do autor/devedor em 29/07/2009, e não 26/07/2009, como equivocadamente constou do acórdão embargado, devendo, portanto, ser aquela data de 29/07/2009 considerada como sendo a data de remessa da notificação ao autor.

Também assiste razão ao embargante ao alegar que não constou do referido acórdão a data da inclusão do seu nome nos cadastros restritivos de crédito.

Com efeito, conforme documento de folhas 100, o nome do autor foi incluído no Serasa em 26/07/2009, porém, como constou do acórdão embargado, os dados relativos a essa inclusão somente foram disponibilizados em 09/08/2009, como se infere do mesmo documento de folhas 100, posteriormente, portanto, à expedição da notificação, que, como já foi dito, se deu em 29/07/2009.

No que pertine à alegação de ser omissa o acórdão ao não declarar "qual seria o documento hábil a comprovar que os supostos endereços para onde supostamente foram enviadas supostas correspondências foram fornecidos pelos se dizentes credores", tenho que não merece acolhimento.

Verifica-se que restou devidamente esclarecido no acórdão embargado que a empresa mantenedora de cadastro de proteção ao crédito somente responde por danos morais em decorrência da inscrição do devedor em seus bancos de dados quando deixa de proceder à prévia notificação da anotação, o que não é o caso dos autos.

Também foi ressaltado no referido decisum que o dever dessas empresas limita-se a comunicar ao suposto devedor

sobre a "abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo" no endereço fornecido pelo credor não importando se o endereço esteja errado ou desatualizado, visto que, nesse caso, quem deve responder pelo erro é o credor, pois, este sim, possui relação jurídica com o suposto devedor.

E verifica-se, in casu, que o endereço para o qual foi enviada comunicação sob discussão (folhas 102) coincide com o fornecido à ré pelo credor, como se vê do documento de folhas 101.

Com efeito, como dito acima, se esse endereço não é o correto endereço do autor/embargante, então trata-se de questão que ele deve discutir com o credor e não com a ré.

Depreende-se, ainda, das alegações do embargante, que estaria ele postulando manifestação expressa desta Turma Julgadora, para fins de prequestionamento, sobre o disposto nos artigos 6º, VI, 14, caput, 17 e 25, § 1º, da Lei nº 8.078/90, artigos 186 e 927 do Código Civil, art. 5º, V e X, da Constituição Federal, Súmula 359 do STJ e REsp nº 1.061.134 -RS.

Todavia, em que pesem os argumentos expendidos, não se constata na decisão embargada a existência de qualquer vício sanável por meio de embargos de declaração nesse ponto, já que não viola o art 1.022 do CPC, tampouco implica negativa de prestação jurisdicional o acórdão que não examina ou rebate expressamente, mas de forma implícita, cada um dos argumentos trazidos individualmente pelas partes, apresentando fundamentação suficiente para a decisão.

Com efeito, o acórdão recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte, de sorte que não merece nenhum reparo no ponto.

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ.

Saliente-se que, para rever as conclusões adotadas pela Corte de origem, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 458 E 535 DO CPC. NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR. CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. OCORRÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não caracteriza omissão quando o tribunal adota outro fundamento que não aquele defendido pela parte. Destarte, não há que se falar em violação do art. 535, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Não se verifica, também, no caso, a alegada vulneração do artigo 458, do Código de Processo Civil, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.

3. O aresto estadual consignou que houve a notificação ao devedor sobre sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. Rever tais fundamentos demandaria necessariamente reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 245.255/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/2/2013.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora